



# Sumário

<b>ABREVIATURAS</b> .....	XXXI
---------------------------	------

<b>1. FUNDAMENTOS DE DIREITO COLETIVO</b> .....	1
1.1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos .....	1
1.1.1 Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão) .....	2
1.1.2 Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão) .....	2
1.1.3 Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão) .....	4
1.1.4 Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão) .....	4
1.1.5 Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão) .....	5
1.1.6 Quadro resumo das três primeiras gerações/dimensões .....	5
1.2 Surgimento e Evolução do Direito Coletivo .....	6
1.2.1 Antecedentes remotos do processo coletivo .....	7
1.2.2 As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX .....	7
1.2.3 Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socioeconômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa .....	8
1.2.4 Evolução do processo coletivo na legislação brasileira .....	12
1.3 Definições e Terminologia .....	14
1.3.1 Interesse e direito subjetivo .....	14
1.3.2 Por que a CF/88 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos? .....	15

1.3.3	Interesse Público x Interesse Privado .....	15
1.3.4	Direito Público x Direito Privado .....	17
1.3.5	Interesses transindividuais: objeto do direito coletivo .....	17
1.3.6	Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	18
1.3.6.1	Interesses difusos .....	20
1.3.6.2	Interesses coletivos <i>stricto sensu</i> .....	24
1.3.6.3	Interesses individuais homogêneos .....	28
1.3.6.4	Considerações finais sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	31
1.3.7	Questões .....	37
2.	<b>AÇÃO CIVIL PÚBLICA</b> .....	39
2.1	Considerações Iniciais .....	40
2.1.1	Princípios do direito processual coletivo comum .....	40
2.1.1.1	Princípio do acesso à justiça .....	41
2.1.1.2	Princípio da universalidade da jurisdição .....	41
2.1.1.3	Princípios da participação no processo e pelo processo .....	42
2.1.1.4	Princípio da economia processual .....	42
2.1.1.5	Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo .....	43
2.1.1.6	Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva .....	43
2.1.1.7	Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva .....	44
2.1.1.8	Princípio da não taxatividade da ação coletiva ...	44
2.1.1.9	Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum .....	45
2.1.1.10	Princípio da máxima amplitude do processo coletivo .....	45
2.1.1.11	Princípio da obrigatoriedade da execução coletiva pelo Ministério Público .....	45
2.1.1.12	Princípio da ampla divulgação da demanda .....	46
2.1.1.13	Princípio da informação aos órgãos legitimados ...	46
2.1.1.14	Princípio da integração entre a LACP e o CDC ...	47

2.1.2	Ação civil pública ou ação coletiva? .....	49
2.1.3	Natureza jurídica: norma de direito material ou de direito processual? .....	51
2.2	A Influência das <i>Class Actions</i> .....	52
2.2.1	Pressuposto da comunhão de questões de fato ou de direito .....	52
2.2.2	Legitimidade ativa .....	53
2.2.3	Coisa julgada .....	53
2.2.4	Pressuposto da representatividade adequada ( <i>adequacy of representation</i> ) .....	54
2.2.5	<i>Opt-out</i> e <i>opt-in</i> .....	55
2.2.6	Legitimação passiva .....	55
2.2.7	<i>Fluid recovery</i> .....	56
2.2.8	Resumo das principais influências das <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> sobre nossas ações civis públicas .....	56
2.2.9	Resumo das principais diferenças entre as <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> e nossas ações civis públicas .....	57
2.3	Condições da Ação .....	57
2.3.1	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	57
2.3.1.1	Legitimidade Ativa .....	57
2.3.1.2	Legitimidade Passiva .....	93
2.3.2	Interesse de agir .....	95
2.3.3	Possibilidade jurídica do pedido .....	96
2.3.3.1	Controle de constitucionalidade .....	96
2.3.3.2	Independência dos Poderes Estatais e controle judicial de políticas públicas .....	98
2.3.3.3	Questões tributárias, contribuições previdenciárias, FGTS e outros fundos .....	99
2.4	Elementos da Ação .....	101
2.4.1	Partes .....	101
2.4.2	Causa de pedir .....	101
2.4.3	Pedido .....	103
2.4.3.1	Objeto imediato .....	103
2.4.3.2	Objeto mediato .....	109
2.5	Competência .....	110

2.5.1	Competência originária nos tribunais de superposição .....	111
2.5.2	Competência de jurisdição .....	114
2.5.2.1	Justiça Especial x Justiça Comum .....	114
2.5.2.2	Justiça Comum: Justiça Federal x Justiças Estaduais ou Distrital .....	115
2.5.3	Competência originária na respectiva Justiça .....	122
2.5.4	Competência de foro (ou territorial) .....	123
2.5.4.1	Regra geral .....	123
2.5.4.2	Regras específicas .....	129
2.5.5	Competência de juízo .....	131
2.5.5.1	Juizados Especiais Cíveis Federais .....	131
2.5.5.2	Juizados Especiais Cíveis Estaduais .....	132
2.5.6	Competência interna .....	133
2.5.7	Competência recursal .....	133
2.6	Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros .....	133
2.6.1	Litisconsórcio e assistência .....	133
2.6.1.1	Noções preliminares .....	133
2.6.1.2	Litisconsórcio ativo inicial .....	134
2.6.1.3	Intervenção superveniente de colegitimados .....	135
2.6.1.4	Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos ...	136
2.6.1.5	Facultatividade do litisconsórcio passivo em ações ambientais .....	138
2.6.1.6	Assistência simples de não colegitimados .....	139
2.6.1.7	Litisconsórcio e assistência litisconsorcial de não colegitimados .....	139
2.6.2	Oposição .....	142
2.6.3	Nomeação à autoria .....	143
2.6.4	Denúnciação da lide .....	143
2.6.5	Chamamento ao processo .....	144
2.6.6	<i>Amicus curiae</i> .....	146
2.7	Conexão, Continência e Litispendência .....	147
2.7.1	Conexão e continência .....	147
2.7.1.1	Efeito da conexão ou continência: prorrogação da competência .....	149

2.7.2	Litispêndência .....	153
2.7.2.1	Efeito da litispêndência .....	153
2.7.3	Conexão, continência e litispêndência entre ações civis públicas e ações individuais .....	154
2.8	Inquérito Civil e Outros Meios de Prova .....	156
2.8.1	Instrução da petição inicial .....	156
2.8.1.1	As ferramentas do Ministério Público: inquérito civil e procedimento preparatório .....	156
2.8.1.2	As ferramentas dos demais legitimados: requerimentos de certidões ou informações .....	184
2.8.2	Instrução ao longo do processo .....	186
2.8.2.1	A inversão do ônus da prova .....	186
2.9	Particularidades Procedimentais .....	187
2.9.1	O edital nas ações sobre interesses individuais homogêneos .....	188
2.9.2	Tutelas de urgência .....	188
2.9.2.1	Liminares: aspectos gerais .....	189
2.9.2.2	Liminares: limitações .....	192
2.9.2.3	Liminares: impugnação .....	195
2.9.3	Desistência e abandono .....	199
2.9.4	Reconvenção .....	202
2.10	Resolução Amigável dos Conflitos .....	203
2.10.1	Composição extrajudicial: o compromisso de ajustamento de conduta .....	203
2.10.1.1	Previsão legal .....	203
2.10.1.2	Legitimação .....	204
2.10.1.3	Natureza jurídica .....	205
2.10.1.4	Objeto .....	206
2.10.1.5	Cominações .....	208
2.10.1.6	Compromisso de ajustamento tomado em um inquérito civil ou em um procedimento preparatório .....	208
2.10.1.7	Compromisso de ajustamento de conduta preliminar .....	209
2.10.1.8	Complementação, impugnação e novação do compromisso .....	210

2.10.1.9 Execução .....	212
2.10.2 Composição judicial .....	213
2.11 Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada .....	215
2.11.1 Sentenças coletivas .....	215
2.11.1.1 Obrigações de fazer ou não fazer .....	216
2.11.1.2 Obrigações de pagar .....	218
2.11.2 Impugnação .....	219
2.11.2.1 Recursos .....	219
2.11.2.2 Pedido de suspensão da execução da sentença ....	220
2.11.3 Coisa julgada .....	221
2.11.3.1 Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses difusos e coletivos .....	223
2.11.3.2 Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses individuais homogêneos .....	224
2.11.3.3 O emprego legal das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i> .....	224
2.11.3.4 Coisa julgada material <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> .....	226
2.11.3.5 Transporte da coisa julgada <i>in utilibus</i> .....	226
2.11.3.6 Implicações do estágio do processo coletivo em relação ao estágio do processo individual .....	233
2.11.3.7 Limites territoriais da coisa julgada .....	234
2.12 Liquidação e Execução de Sentenças .....	238
2.12.1 Direitos difusos e direitos coletivos .....	238
2.12.1.1 Legitimidade .....	238
2.12.1.2 Competência .....	239
2.12.1.3 Procedimento .....	239
2.12.2 Direitos individuais homogêneos .....	242
2.12.2.1 Liquidação e execução individuais .....	242
2.12.2.2 Liquidação e execução coletivas .....	245
2.12.2.3 <i>Fluid recovery</i> segundo o CDC .....	246
2.12.2.4 Sistema da Lei 7.913/1989 .....	248
2.12.2.5 Prioridade dos créditos de direitos individuais homogêneos .....	249

2.13 Fundos de Direitos Difusos .....	249
2.13.1 Fundo federal e fundos estaduais de reparação dos interesses difusos .....	249
2.13.2 As normas de regência .....	249
2.13.3 Fontes de receita .....	250
2.13.4 Aplicação dos recursos .....	250
2.13.5 Fundos assemelhados .....	251
2.14 Considerações Finais .....	252
2.14.1 Ministério Público como fiscal da lei .....	252
2.14.2 Não adiantamento das custas e despesas processuais .....	253
2.14.3 Ônus da sucumbência .....	254
2.14.4 Litigância de má-fé .....	255
2.14.5 Prescrição .....	257
2.15 Questões .....	259
<b>3. AÇÃO POPULAR .....</b>	<b>269</b>
3.1 Considerações Iniciais .....	269
3.2 Condições da Ação .....	271
3.2.1 Legitimidade <i>ad causam</i> .....	271
3.2.1.1 Legitimidade ativa .....	271
3.2.1.2 Legitimidade passiva .....	273
3.2.2 Interesse de agir .....	278
3.2.3 Possibilidade jurídica do pedido .....	280
3.3 Elementos da Ação .....	282
3.3.1 Partes .....	282
3.3.2 Causa de pedir .....	282
3.3.3 Pedido .....	288
3.3.3.1 Objeto imediato .....	288
3.3.3.2 Objeto mediato .....	289
3.4 Competência .....	290
3.5 Conexão, Continência e Litispendência .....	296
3.6 Prova .....	298
3.6.1 Considerações gerais .....	298

3.6.2	Crime do art. 8.º da LAP .....	299
3.7	Particularidades Procedimentais .....	301
3.7.1	Liminares .....	301
3.7.2	Requisição de documentos e certidões .....	303
3.7.3	Citação dos beneficiários e responsáveis .....	303
3.7.4	Prazo para contestar .....	304
3.7.5	Possíveis atitudes para a entidade cujo ato é impugnado .....	305
3.7.6	Demais peculiaridades .....	306
3.8	Atuação do Ministério Público .....	307
3.8.1	Fiscal da lei .....	308
3.8.2	Órgão ativador da prova e auxiliar do autor popular .....	309
3.8.3	Sucessor do autor .....	310
3.8.4	Outras funções .....	311
3.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada .....	312
3.10	Liquidação e Execução de Sentenças .....	314
3.11	Considerações Finais .....	317
3.12	Questões .....	319
4.	<b>MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO</b> .....	323
4.1	Considerações Iniciais .....	323
4.2	Pressupostos .....	326
4.2.1	Pressupostos dos mandados de segurança individuais e coletivos .....	326
4.2.1.1	Ato de autoridade .....	327
4.2.1.2	Ilegalidade ou abuso de poder .....	328
4.2.1.3	Lesão ou ameaça de lesão .....	328
4.2.1.4	Direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> .....	328
4.2.2	Pressuposto específico do mandado de segurança coletivo .....	329
4.3	Competência .....	332
4.4	Condições da Ação .....	334
4.4.1	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	334
4.4.1.1	Legitimidade ativa .....	334



4.4.1.2	Legitimidade passiva .....	342
4.4.2	Interesse de agir .....	344
4.4.3	Possibilidade jurídica do pedido .....	345
4.5	Elementos da Ação, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros ....	348
4.5.1	Elementos da ação .....	348
4.5.1.1	Partes .....	348
4.5.1.2	Causa de pedir .....	348
4.5.1.3	Pedido .....	349
4.5.2	Litisconsórcio .....	349
4.5.3	Intervenção de terceiros .....	350
4.6	Conexão, Continência e Litispendência .....	350
4.7	Procedimento .....	353
4.7.1	Petição e despacho iniciais .....	353
4.7.1.1	Liminares: aspectos gerais .....	354
4.7.1.2	Liminares: limitações .....	356
4.7.1.3	Liminares: impugnação .....	357
4.7.2	Desistência .....	359
4.7.3	Celeridade na tramitação .....	360
4.7.4	Defesa oral nos tribunais .....	360
4.8	A Atuação do Ministério Público .....	360
4.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada .....	362
4.9.1	Peculiaridades da coisa julgada no mandado de segurança coletivo .....	366
4.10	Execução de Sentenças .....	369
4.11	Considerações Finais .....	371
4.12	Questões .....	372
<b>5.</b>	<b>DIREITO DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>377</b>
5.1	Noções introdutórias .....	378
5.1.1	Conceito .....	378
5.1.2	Alocação na teoria geral do direito .....	378
5.1.3	Relações do direito do consumidor com outros ramos do direito .....	379
5.1.3.1	Com o Direito Constitucional .....	379

5.1.3.2	Com o direito administrativo .....	379
5.1.3.3	Com o direito processual .....	380
5.1.3.4	Com o direito penal .....	380
5.1.3.5	Com o direito internacional .....	381
5.1.3.6	Com o direito civil .....	383
5.1.4	Origens históricas .....	384
5.1.4.1	Análise histórica da relação de consumo .....	384
5.1.4.2	O direito do consumidor como resposta legal protetiva .....	385
5.1.5	Finalidade do direito do consumidor .....	387
5.2	Fundamento Constitucional .....	387
5.2.1	Introdução .....	387
5.2.2	A proteção do consumidor como direito fundamental .....	388
5.2.2.1	Noção de direito fundamental .....	388
5.2.2.2	A importância do art. 5.º, XXXII, da CF .....	388
5.2.3	A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica .....	390
5.2.4	A proteção infraconstitucional do consumidor (art. 48 do ADCT) .....	391
5.2.5	Competência legislativa concorrente .....	391
5.3	O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor .....	393
5.3.1	Influências do direito comparado .....	393
5.3.2	Microsistema jurídico .....	394
5.3.3	Lei principiológica .....	394
5.3.4	Normas de ordem pública e interesse social .....	395
5.3.5	A aplicação da Lei 8.078/1990 no tempo .....	397
5.3.6	Política nacional de relações de consumo .....	398
5.3.6.1	Objetivos .....	398
5.3.6.2	A importância sistemática do art. 4.º do CDC .....	399
5.3.7	O diálogo das fontes .....	399
5.3.7.1	Introdução .....	399
5.3.7.2	O diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil .....	401
5.3.7.3	O diálogo entre o CDC e a legislação especial .....	403

5.4	Princípios Gerais do Direito do Consumidor .....	405
5.4.1	Noção de princípios de direito .....	405
5.4.2	Princípios e cláusulas gerais: distinção .....	406
5.4.3	Princípios em espécie .....	406
5.4.3.1	Princípio da vulnerabilidade .....	407
5.4.3.2	Princípio da Defesa do Consumidor pelo Estado .....	409
5.4.3.3	Princípio da harmonização .....	410
5.4.3.4	Princípio da boa-fé objetiva .....	410
5.4.3.5	Princípio do equilíbrio .....	414
5.4.3.6	Princípio da transparência .....	415
5.4.3.7	Princípio da confiança .....	416
5.4.3.8	Princípio do combate ao abuso .....	416
5.4.3.9	Princípio da educação e informação .....	417
5.4.3.10	Princípio da precaução .....	418
5.5	Direitos Básicos do Consumidor .....	420
5.5.1	Introdução .....	420
5.5.2	Direito à vida, saúde e segurança .....	421
5.5.3	Direito à educação .....	422
5.5.4	Direito à liberdade de escolha .....	422
5.5.5	Direito à igualdade nas contratações .....	422
5.5.6	Direito à informação .....	423
5.5.7	Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas .....	424
5.5.8	Direito à modificação e revisão das cláusulas contratuais .....	424
5.5.9	Direito à efetiva prevenção e reparação dos danos materiais e morais .....	429
5.5.9.1	Reparação do dano moral .....	430
5.5.9.2	A questão do dano moral coletivo .....	432
5.5.10	Direito de acesso à justiça .....	434
5.5.11	Direito à inversão do ônus da prova .....	434
5.5.11.1	Requisitos .....	435
5.5.11.2	Verossimilhança da alegação .....	436
5.5.11.3	Hipossuficiência .....	436
5.5.11.4	Hipossuficiência e vulnerabilidade: distinção .....	437

5.5.11.5	Momento da inversão do ônus da prova .....	438
5.5.11.6	A questão do custeio das provas .....	440
5.5.11.7	O Ministério Público e a inversão do ônus da prova .....	440
5.5.12	Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos .....	441
5.6	Campo de Aplicação do CDC .....	442
5.6.1	A relação jurídica de consumo .....	442
5.6.2	Conceito de consumidor .....	442
5.6.2.1	O consumidor <i>standard</i> ou <i>stricto sensu</i> .....	443
5.6.2.2	O consumidor equiparado .....	446
5.6.3	Conceito de fornecedor .....	450
5.6.3.1	Definição jurídica .....	450
5.6.3.2	Atividade profissional .....	450
5.6.3.3	Atividade desenvolvida no mercado de consumo ...	451
5.6.3.4	Técnica de responsabilização dos fornecedores no CDC .....	452
5.6.4	Conceito de produto .....	453
5.6.5	Conceito de serviço .....	455
5.6.5.1	Definição jurídica .....	455
5.6.5.2	Atividade remunerada .....	455
5.6.5.3	Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários .....	456
5.6.5.4	Serviços públicos .....	457
5.7	Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor .....	458
5.7.1	Prevenção .....	458
5.7.2	Riscos normais e previsíveis .....	459
5.7.3	Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso ....	460
5.7.4	Periculosidade exagerada .....	460
5.7.5	O <i>recall</i> .....	461
5.8	Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo .....	462
5.8.1	Noções introdutórias .....	462
5.8.2	Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC .....	463
5.8.3	Sistemática do CDC .....	463

5.8.4	Teoria da qualidade .....	464
5.8.5	Defeito e vício: distinção .....	466
5.8.6	Responsabilidade pelo fato do produto .....	467
5.8.6.1	Responsabilidade objetiva .....	468
5.8.6.2	Pressupostos da responsabilidade .....	468
5.8.6.3	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade ....	472
5.8.6.4	A responsabilidade do comerciante .....	474
5.8.6.5	O direito de regresso e a denúncia da lide ....	475
5.8.6.6	As causas de exclusão da responsabilidade .....	476
5.8.7	Responsabilidade pelo fato do serviço .....	483
5.8.7.1	Noção de defeito do serviço .....	483
5.8.7.2	Os fornecedores responsáveis .....	484
5.8.7.3	Causas de exclusão da responsabilidade .....	485
5.8.7.4	Responsabilidade do profissional liberal .....	487
5.8.7.5	A responsabilidade pessoal do médico e o novo Código de Ética Médica .....	489
5.8.7.6	A responsabilidade dos hospitais e clínicas médicas em face do erro médico .....	490
5.8.7.7	A responsabilidade das empresas de planos de saúde pelos serviços prestados por médicos e hospitais credenciados .....	492
5.8.7.8	A responsabilidade dos provedores de <i>sites</i> de rela- cionamento na internet pelo conteúdo de informações ofensivas à honra dos usuários .....	493
5.8.8	Consumidor <i>bystander</i> (art. 17 do CDC) .....	494
5.8.9	Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço .....	495
5.8.9.1	Responsabilidade objetiva .....	496
5.8.9.2	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade ....	497
5.8.9.3	O vício de qualidade do produto .....	497
5.8.9.4	O vício de quantidade do produto (art. 19) .....	501
5.8.9.5	O vício de qualidade do serviço (art. 20) .....	502
5.8.9.6	Vício de quantidade do serviço .....	503
5.8.9.7	Serviços públicos .....	504

5.9	Decadência e prescrição .....	509
5.9.1	Sistemática do CDC .....	509
5.9.2	Decadência .....	510
5.9.2.1	Contagem do prazo .....	511
5.9.2.2	Causas que obstam a decadência (art. 26, § 2.º) ...	512
5.9.2.3	Garantia legal e garantia contratual .....	514
5.9.3	Prescrição .....	515
5.9.3.1	Causas que suspendem ou interrompem a prescri- ção .....	516
5.9.3.2	A prescrição de outras pretensões reparatorias ...	516
5.10	Desconsideração da personalidade jurídica .....	519
5.10.1	Desconsideração no Código Civil .....	520
5.10.2	Desconsideração no CDC .....	521
5.10.2.1	Hipóteses autorizadoras .....	522
5.10.2.2	A interpretação da cláusula geral do art. 28, § 5.º, do CDC .....	522
5.10.3	Desconsideração inversa .....	524
5.10.4	Responsabilização societária .....	525
5.10.4.1	Responsabilidade subsidiária do grupamento socie- tário (§ 2.º) .....	525
5.10.4.2	Responsabilidade solidária das sociedades consor- ciadas (§ 3.º) .....	525
5.10.4.3	Responsabilidade subjetiva das sociedades coligadas (§ 4.º) .....	526
5.11	Práticas comerciais .....	526
5.11.1	Oferta .....	526
5.11.1.1	Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC) .....	527
5.11.1.2	A oferta de componentes e de peças de reposi- ção .....	531
5.11.1.3	A regra da solidariedade estatuída no art. 34 do CDC .....	531
5.11.1.4	Dever de informar .....	532
5.11.2	Publicidade .....	534
5.11.2.1	Conceito de publicidade .....	534

5.11.2.2	Publicidade e propaganda .....	534
5.11.2.3	Publicidade institucional e publicidade promocio- nal .....	535
5.11.2.4	Controle da publicidade .....	535
5.11.2.5	Princípios da proteção publicitária do consumi- dor .....	536
5.11.2.6	Publicidade enganosa .....	538
5.11.2.7	Publicidade abusiva .....	542
5.11.3	Práticas abusivas .....	544
5.11.3.1	Conceito de práticas abusivas .....	544
5.11.3.2	As práticas abusivas elencadas exemplificativamente no art. 39 .....	545
5.11.4	Cobrança de dívidas .....	549
5.11.4.1	Cobranças abusivas .....	549
5.11.4.2	Repetição do indébito .....	551
5.11.5	Bancos de dados e cadastros de consumidores .....	554
5.11.5.1	Introdução .....	554
5.11.5.2	Distinção entre bancos de dados e cadastro de consumidores .....	554
5.11.5.3	Bancos de dados de proteção ao crédito .....	555
5.11.5.4	Qualidade das informações .....	556
5.11.5.5	Direitos dos consumidores perante os arquivos de consumo .....	557
5.11.5.6	Limites temporais dos registros negativos .....	560
5.11.5.7	Dívida discutida em juízo .....	561
5.11.5.8	Responsabilidade civil pelo arquivamento inde- vido .....	562
5.11.5.9	Cadastros de reclamações fundamentadas contra os fornecedores .....	563
5.11.5.10	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414/2011 .....	564
5.12	Proteção contratual .....	572
5.12.1	Introdução .....	572
5.12.2	A nova concepção de contrato .....	573
5.12.2.1	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar a perda) .....	574

5.12.2.2 Teoria dos atos próprios: <i>venire contra factum proprium, supressio, surrectio e tu quoque</i> .....	575
5.12.2.3 Teoria do adimplemento substancial .....	579
5.12.3 Dirigismo contratual .....	580
5.12.4 Princípios norteadores .....	581
5.12.4.1 Princípio da transparência .....	581
5.12.4.2 Princípio da interpretação mais favorável .....	582
5.12.4.3 Princípio da vinculação do fornecedor .....	583
5.12.4.4 Princípio da preservação dos contratos .....	583
5.12.5 Direito de arrependimento (prazo de reflexão) .....	584
5.12.6 Garantia complementar .....	585
5.12.7 Cláusulas abusivas .....	585
5.12.7.1 Definição .....	585
5.12.7.2 Nulidade das cláusulas abusivas .....	586
5.12.7.3 Reconhecimento de ofício .....	586
5.12.7.4 Integração do contrato .....	587
5.12.7.5 Elenco exemplificativo das cláusulas abusivas ....	588
5.12.7.6 Controle das cláusulas gerais dos contratos .....	598
5.12.8 Crédito e financiamento ao consumidor .....	599
5.12.9 Compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia .....	601
5.12.10 Contratos de adesão .....	603
5.12.10.1 Definição .....	603
5.12.10.2 Inserção de cláusula no formulário .....	604
5.12.10.3 Cláusula resolutória alternativa.....	604
5.12.10.4 Contrato de adesão escrito.....	605
5.12.10.5 Cláusulas restritivas de direitos do consumidor..	605
5.13 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor .....	607
5.13.1 Introdução .....	607
5.13.2 Procon .....	608
5.13.3 Entidades civis .....	608
5.13.4 Sanções administrativas .....	609
5.13.4.1 Competência .....	609



5.13.4.2	Modalidades de sanções administrativas .....	609
5.13.4.3	Fiscalização e aplicação das sanções administrativas .....	610
5.14	A defesa do consumidor em juízo .....	612
5.14.1	Considerações iniciais .....	612
5.14.2	Tutela individual .....	613
5.14.2.1	A adequada e efetiva tutela jurisdicional .....	613
5.14.2.2	Ação de cumprimento específico da obrigação de fazer ou não fazer .....	614
5.14.2.3	Competência pelo domicílio do consumidor autor .....	622
5.14.2.4	Vedação de denunciação da lide e um novo tipo de chamamento ao processo .....	624
5.15	Questões .....	625
<b>6.</b>	<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>633</b>
6.1	Introdução .....	633
6.2	Regramento constitucional .....	634
6.3	Regramento infraconstitucional .....	636
6.3.1	Lei de Improbidade Administrativa .....	636
6.3.1.1	Aplicação da Lei de Improbidade no tempo .....	637
6.4	Conceito de improbidade administrativa .....	638
6.5	A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso ...	640
6.6	Sujeitos do ato de improbidade administrativa .....	642
6.6.1	Sujeito passivo .....	642
6.6.2	Sujeito ativo .....	645
6.6.2.1	Agentes públicos .....	645
6.6.2.2	Terceiros .....	654
6.7	Elemento subjetivo da conduta ímproba .....	658
6.8	Modalidades de improbidade administrativa .....	660
6.8.1	Enriquecimento ilícito .....	660
6.8.1.1	Introdução .....	660
6.8.1.2	Elementos essenciais .....	661
6.8.1.3	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 9.º .....	663

6.8.2	Atos lesivos ao erário .....	673
6.8.2.1	Introdução .....	673
6.8.2.2	Elementos essenciais .....	676
6.8.2.3	Princípio da insignificância: inadmissibilidade .....	681
6.8.2.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 10 .....	682
6.8.3	Atos que atentam contra os princípios da administração pública .....	698
6.8.3.1	Introdução .....	698
6.8.3.2	Norma residual ou de aplicação subsidiária .....	700
6.8.3.3	Elementos essenciais .....	701
6.8.3.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 11 .....	703
6.8.4	Novas figuras de improbidade administrativa .....	709
6.8.4.1	Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) .....	711
6.8.4.2	Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) .....	712
6.9	Sanções .....	713
6.9.1	Previsão normativa .....	713
6.9.2	Correspondência com os tipos de improbidade .....	714
6.9.3	Espécies .....	716
6.9.3.1	Perdas de bens e valores .....	716
6.9.3.2	Ressarcimento integral do dano .....	717
6.9.3.3	Perda da função pública .....	720
6.9.3.4	Suspensão dos direitos políticos .....	724
6.9.3.5	Multa civil .....	725
6.9.3.6	Proibição de contratar com o poder público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios .....	725
6.9.4	Aplicação das sanções .....	726
6.9.4.1	Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção .....	727
6.9.4.2	Parâmetros para a aplicação das sanções .....	728
6.9.4.3	Aplicação cumulativa das sanções: princípios da proporcionalidade e razoabilidade .....	728
6.9.4.4	Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor? .....	729

6.9.4.5 Concurso de condutas e conflito aparentes de normas .....	730
6.10 Procedimento administrativo .....	731
6.11 Providências cautelares .....	732
6.11.1 Indisponibilidade de bens .....	733
6.11.1.1 Introdução .....	733
6.11.1.2 Pressupostos .....	734
6.11.1.3 Alcance da medida .....	735
6.11.2 Sequestro .....	736
6.11.3 Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função .....	737
6.12 Ação de improbidade administrativa .....	739
6.12.1 Nomenclatura .....	739
6.12.2 Competência .....	740
6.12.2.1 Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União .....	741
6.12.2.2 Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB .....	743
6.12.2.3 Prerrogativa de foro .....	745
6.12.3 Legitimação .....	748
6.12.3.1 A posição processual da pessoa jurídica interessada .....	749
6.12.4 Pedido .....	750
6.12.5 Procedimento .....	751
6.12.5.1 Transação ou Conciliação: vedação .....	751
6.12.5.2 Fase de admissibilidade da ação .....	752
6.12.6 Sentença .....	753
6.12.6.1 Correlação entre pedido e sentença .....	754
6.12.6.2 Independência entre as instâncias .....	755
6.12.7 Coisa julgada .....	755
6.13 Prescrição .....	757
6.14 Questões .....	758

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	769
---	-----

<b>GABARITO</b> .....	791
-----------------------	-----